

Garimpo ilegal na Amazônia: Análise da cobertura jornalística do Portal A Crítica em 2024¹

Renata de Lima Sousa²
Ivânia Maria Carneiro Vieira³

RESUMO

Esta pesquisa expande a investigação (Sousa *et al.*, 2023) sobre a cobertura jornalística do Portal A Crítica da atividade do garimpo ilegal no Rio Madeira em 2021. O atual levantamento se debruçou sobre como o veículo abordou diferentes eventos relacionados ao garimpo ilegal na Amazônia. A partir do protocolo da Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011), articulado aos pressupostos do Jornalismo Ambiental (Girardi *et al.*, 2020; Loose; Girardi, 2017), o estudo revela o predomínio da factualidade, a dependência de conteúdo de agências de notícias e a limitação nos pressupostos do Jornalismo Ambiental, com destaque para a limitada pluralidade de vozes.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Ambiental; garimpo ilegal; Amazônia; análise de cobertura jornalística; Portal A Crítica.

Introdução

O garimpo permanece com forte atuação na Amazônia. Finalizado o governo de Jair Bolsonaro, que, durante sua gestão no Executivo Federal, permitiu o avanço do garimpo em terras indígenas e áreas protegidas⁴, havia expectativa de que o avanço do garimpo ilegal seria freado. No entanto, a atividade garimpeira continua ativa, em especial na Amazônia e em sua face ilegal. Levantamento do Greenpeace Brasil (Oliveira, 2024) identificou que em 2023 o garimpo ilegal devastou 1.409,3 hectares (equivalente a quatro campos de futebol) nas terras indígenas Yanomami, Kayapó e Munduruku, que juntas acumulam 26.416 hectares áreas de garimpo.

Com base nessa realidade de impactos socioambientais que o garimpo provoca na Amazônia, este estudo expande a pesquisa sobre a cobertura jornalística do Portal A Crítica da invasão de balsas do garimpo ilegal no Rio Madeira em 2021 (Sousa *et al.*, 2023). Permanece a temática do garimpo e sua investigação a partir do protocolo proposto pela Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011), articulando

1 Trabalho apresentado no Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Natureza na Amazônia, evento integrante da programação do 22º Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, realizado de 28 a 30 de maio de 2025.

2 Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: renatalima.dl@gmail.com

3 Doutora em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: ivaniavieira04@gmail.com

4 Levantamento do Mapbiomas apontou que nos anos de 2019 a 2022 o garimpo cresceu 90% em Áreas Protegidas (AP). Em Unidades de Conservação (UC) e em Terras Indígenas (TI) o garimpo saltou da ocupação de 54,2 mil hectares em 2018 para 103,4 mil hectares em 2022 (Garimpo... 2023).

qualitativamente os pressupostos do Jornalismo Ambiental (Girardi et al., 2020; Loose; Girardi, 2017). O estudo expande ao analisar a cobertura jornalística do garimpo como um todo ao longo de 2024, sem focar em um evento específico.

Fundamentação Teórica

Bueno (2007) define o Jornalismo Ambiental (JA) como um campo específico das práticas e dos produtos jornalísticos. Sua relevância cresce à medida que a ciência intensifica o alerta sobre as mudanças climáticas e observamos o aumento dos eventos climáticos extremos.

Diante de uma realidade cada vez mais complexa e do senso de urgência para iniciativas mitigadoras das ações antrópicas no planeta, exige-se do JA uma compreensão mais aprofundada das temáticas socioambientais, superando a noção fragmentada e superficial que o factual jornalístico se limita. Holanda *et. al* (2022), em uma revisão narrativa sobre o campo, apontam a crítica comum que os estudos apresentam sobre a preponderância da cobertura episódica no JA, não baseada na análise dos fenômenos inter-relacionados.

Identifica-se, portanto, uma tensão entre a prática e a teoria do JA (Girardi *et al.*, 2020). A exigência por uma cobertura aprofundada, contínua, crítica e que conecta a questão ambiental aos diferentes âmbitos sociais (economia, cultura, política etc.) entra em conflito com a realidade cada vez mais enxuta das redações e com o trabalho precário e a sobrecarga que jornalistas vivenciam. Ademais, é preciso considerar as forças e relações de poder que se estabelecem entre as organizações jornalísticas e grupos econômicos e políticos na cobertura ambiental (Holanda *et al.*, 2022).

Apesar do contexto de precarização e superficialidade que ainda prepondera na prática jornalística, em especial na grande mídia, o jornalista não pode abrir mão da postura crítica, da ética profissional e da busca pelo melhor desenvolvimento de suas pautas, elementos basilares da deontologia da profissão⁵. Nesse sentido, vemos que pressupostos teóricos podem ser ferramentas contributivas para a prática do JA no dia a dia das redações, seja da imprensa tradicional, seja na mídia alternativa. Os pressupostos que dispomos neste estudo foram sistematizados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental – UFRGS (Girardi et al., 2020; Loose; Girardi, 2017). Os pressupostos precisam de constante revisão e expansão, mas já

5 O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros define os principais preceitos da atividade jornalística, dos quais destacamos, pela relação com este estudo, o Art. 2º, inciso II; Art. 6º, inciso II; e Art. 12º, inciso I.

proporcionam uma base importante para a construção do JA pautado pela complexidade, pela pluralidade de vozes, pelo aprofundamento nos contextos em que se apresentam os eventos e, principalmente, pela busca por uma vida mais sustentável.

São sete pressupostos (**Tabela 1**) que buscam imprimir à pauta ambiental a profundidade, a diversidade de discursos e a ruptura da fragmentação, necessárias a complexidade que se apresenta às questões socioambientais.

Tabela 1 – Resumo dos pressupostos do jornalismo ambiental

Ênfase na contextualização	Superação da fragmentação e da descontinuidade; Presença da complexidade; Contextualização ampla, profunda e crítica (apuração mais completa possível).
Pluralidade de vozes	Inclusão de diferentes atores envolvidos no assunto; Ruptura do pensamento único.
Assimilação do saber ambiental	Novos valores e uma nova consciência da prática jornalística; Internalização do saber ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo.
Cobertura sistêmica e próxima da realidade do leitor	Abordagem mais ampla e vinculada ao dia a dia.
Comprometimento com a qualificação da informação	Militância como atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida/engajamento social por uma relação sociedade/natureza menos nociva; Coerência com as ideias ambientais; Respeito aos critérios de apuração e redação próprios do fazer jornalístico.
Responsabilidade com a mudança de comportamento	Contribuição com a mudança de pensamento; Mobilizador, transformador e promotor de debate; Empoderar para a participação social e ação a favor da justiça ambiental.
Princípio da precaução	Ampliar o tempo de ação do jornalismo, orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas.

Fonte: GIRARDI et al., 2020; LOOSE; GIRARDI, 2017

Metodologia

O estudo foi fundamentado metodologicamente no protocolo da Análise de Cobertura Jornalística (Silva; Maia, 2011), adaptado à investigação de matérias jornalística on-line e conjugado à análise qualitativa baseada nos pressupostos do JA (Girardi et al., 2020; Loose; Girardi, 2017).

O protocolo compreende que, nos produtos jornalísticos finalizados, é possível identificar marcas do processo de produção que revelam dados importantes das dimensões normativa, técnica e organizacional que permeiam a produção jornalística.

Assim, é possível identificar tendências editoriais, arranjos e lacunas de apuração e estratégias expressas de cobertura de um tema ou fato. São considerados três níveis e respectivos subníveis, a saber: marcas de apuração (assinatura, local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento e origem da informação); marcas de composição do produto (gênero jornalístico/natureza do texto informativo, localização do texto no veículo/destaque⁶ e recursos visuais/adicionais); e aspectos do contexto de produção (contexto interno e contexto externo). Este último nível foi desenvolvido a partir dos pressupostos do JA, que possibilitaram o aprofundamento na análise qualitativa da cobertura.

Inicialmente foi realizado o levantamento da cobertura do tema garimpo ilegal na Amazônia no portal A Crítica. Para tanto, utilizou-se o recurso de pesquisa do site do veículo, complementada por busca no Google⁷. O levantamento inicial identificou 80 matérias jornalísticas, cinco editoriais e quatro artigos de opinião/comentários de março de 2022 a fevereiro de 2025. A fim de viabilizar a análise, foi realizado um recorte temporal, limitando as matérias de janeiro a dezembro de 2024 e restringindo a produções do gênero informativo (notícias, entrevistas e reportagens), o que resultou em um corpus com 36 matérias.

Em seguida, foi realizada leitura e análise do material com o apoio de um formulário desenvolvido na ferramenta Google Forms, com duas seções, sendo a primeira com os níveis e subníveis previstos no protocolo da Análise de Cobertura Jornalística e a segunda com os pressupostos do JA.

Principais Achados

Os resultados identificados na investigação reafirmam e expandem as conclusões do estudo anterior realizado por Sousa *et al.* (2023). Permanece a limitação da cobertura, com pouco aprofundamento das pautas.

Sobre a distribuição das matérias ao longo do ano, destacam-se os meses de janeiro (06), fevereiro (06), abril (06) e agosto (05) com maiores números de matérias. O dia 15 de maio apresentou o maior quantidade de matérias sobre a temática, no total

6 Subnível suprimido da análise, pois não se aplica em produção jornalística on-line a identificação de paginação e posição na página. Não foi possível resgatar o destaque dado às matérias na *home* do portal.

7 Empregou-se o operador de pesquisa avançada “site: www.acritica.com” antecedido das palavras-chaves “garimpo ilegal Amazônia” para que os resultados da pesquisa ficassem restritos ao conteúdo do Portal A Crítica.

de três, sendo duas sobre a operação da Polícia Federal no combate ao garimpo ilegal em Humaitá e sua repercussão na cidade.

As editorias representadas no corpus são Geral (50%), Polícia (26,5%), Amazônia (17,6%) e Política (5,9%). O formato informativo predominante é a notícia (88,2%) e o recurso audiovisual mais utilizado é o da fotografia, presente em todas as matérias. O portal fez pouco uso de vídeos (2,9%) e links (2,9%) e há ausência de infográficos, ilustrações/montagem, galerias de fotos e gráficos, elementos que poderiam contribuir para melhor contextualização das pautas e entendimento para o público. Na cobertura do veículo, destacaram-se duas pautas: a crise humanitária vivida pelos Yanomami e atuação do governo federal para combater a atuação do garimpo no território indígena; e a operação da Polícia Federal na destruição de balsas e equipamentos do garimpo ilegal em Humaitá e a reação de garimpeiros à operação.

A maior parte das matérias (41,2%) é reprodução de notícias e reportagens da Agência Brasil e da Agência Fapesp. 32,4% correspondem a matéria sem assinatura de um jornalista (“da Redação”) e 23,5% são matérias assinadas por repórteres do veículo. Esse dado contrasta com levantamento anterior, em que a cobertura teve predomínio de matérias de repórteres locais (66,7%).

As matérias de agências se diferenciam por apresentarem maior desenvolvimento dos pressupostos da ênfase da contextualização, da assimilação do saber ambiental, da cobertura sistêmica e próxima da realidade do leitor e do comprometimento com a qualificação da informação. A pluralidade de vozes é bastante limitada, as fontes na maioria do poder público. A matéria “Garimpo desacelera, mas segue inviabilizando saúde do povo Yanomami” (Vilela, 2024), da Agência Brasil, se diferencia ao apresentar como fontes liderança indígenas e documentos de associação indígena, agregando visões de cidadãos sobre a crise em pauta. Nas demais matérias de agência, predomina a presença de fontes do poder público e, em algumas ocasiões, especialistas.

Já nas matérias sem assinatura (“da Redação”) se sobressai a identificação de que muitas são reprodução de texto de assessoria de imprensa de órgãos públicos: das onze matérias dessa categoria, sete apresentam indícios de serem reprodução na íntegra. Esse dado aponta para a limitação do pressuposto da qualificação da informação, comprometendo a apuração e a apresentação de um conteúdo objetivo e crítico.

Já as matérias com assinatura de repórteres locais são limitadas nos pressupostos do JA, a exceção de duas: a entrevista com o promotor de justiça Carlos Sérgio Edwards de Freitas, na matéria intitulada “MP-AM cobra ações no interior para evitar fumaceiro em Manaus” (Santos, 2024); e na matéria “Para sociólogo, crise socioeconômica e ambiental em Humaitá se deve falta de ação do poder público” (Júnior, 2024). A primeira não tem o garimpo ilegal como foco principal, mas o repórter, por meio das perguntas, coloca ao entrevistado questões que relacionam diferentes problemas socioambientais enfrentadas no estado, o que inclui o garimpo ilegal. Nesse sentido, infere-se que o formato entrevista, quando conduzido com embasamento e cuidado, permite trazer à tona a complexidade de diferentes temas ambientais que se articulam. Já na segunda matéria de Júnior (2024), percebe-se o esforço do repórter em apresentar dados sociodemográficos e históricos que aprofundam uma pauta factual (os ataques de garimpeiros na cidade de Humaitá), contribuindo para ênfase da contextualização. Também observa-se que a referida matéria apresenta elementos dos pressupostos da assimilação do saber ambiental, da cobertura próxima da realidade do leitor e da qualificação da informação ao não se limitar a aspectos factuais da pauta e ao buscar articular o cenário do garimpo ilegal no município com fatores sócio-históricos da localidade. A presença de fontes cidadãs poderia contribuir para aprofundamento e pluralidade de vozes da matéria, mas não há marcas que permitam confirmar se houve o deslocamento da reportagem até o município.

Tanto nas reproduções de matérias reproduzidas de agências quanto em matérias do veículo, observa-se a preponderância de fontes do poder público, presentes em 19 matérias (90,5%), o que compromete a pluralidade de vozes na cobertura. As demais fontes identificadas são fontes institucionais (9,5%), fontes cidadãs (4,8%), fontes especializadas/comentadores (4,8%), vídeos de redes sociais (4,8%) e fontes científicas (4,8%). Em comparação com a pesquisa anterior (Sousa *et al.*, 2023), a predominância de fontes do poder público e a baixa representação de diferentes fontes é ainda maior neste estudo. Há pouco espaço para fontes diversas que poderiam apresentar outros olhares e experiências, como dos moradores das comunidades que sofrem com os impactos das atividades do garimpo ilegal ou mesmo de trabalhadores estão submetidos a condições precárias⁸.

8 A matéria “Trabalhadores são resgatados de condições análogas à escravidão em garimpo ilegal em Maués” (Trabalhadores... 2024) aborda a Operação Mineração Obscura, realizada pela Polícia Federal,

Conclusão

O levantamento realizado neste estudo identificou 36 matérias do gênero informativo na cobertura jornalística realizada pelo Portal A Crítica no ano de 2024. Assim como na cobertura da invasão de balsas do garimpo ilegal no Rio Madeira em 2021, o formato notícia foi o mais utilizado para reportar as atividades do garimpo ilegal na Amazônia, o que aponta para o predomínio da factualidade na abordagem do portal sobre o tema.

Os eventos da crise humanitária Yanomami e a operação da Polícia Federal de combate ao garimpo ilegal em Humaitá e suas repercussões no município foram os assuntos que tiveram maior destaque ao longo da cobertura. Observamos neste levantamento maior dependência do portal em produções de agência de notícias. Um contraste com o resultado da pesquisa anterior, que teve maior número de matérias oriundas do trabalho de repórteres locais. Permanece, no entanto, os indícios de uso na íntegra de textos de assessorias de imprensa de órgãos públicos em matérias sem assinatura, comprometendo a qualidade da informação e da apuração e a pluralidade de vozes.

Os pressupostos do JA encontram-se limitados na cobertura, com destaque para a pouca pluralidade de vozes. Há predominância do discurso oficial de agentes e órgãos públicos, com pouco espaço para fontes cidadãs, fora dos círculos de poder. Contextualização, aprofundamento, assimilação do saber ambiental, responsabilidade com a mudança de comportamento e princípio da precaução são pouco trabalhados na cobertura das atividades do garimpo ilegal no portal. O apego ao factual e a prevalência do formato noticioso são características que limitam o trabalho de uma cobertura mais completa sobre o tema.

Futuras investigações podem trazer mais contexto aos resultados aqui apresentados. A realização de pesquisas trazendo dados do âmbito organizacional do veículo, identificados por meio do acompanhamento das rotinas produtivas e entrevistas com repórteres e editores, podem jogar luzes sobre elementos que não foram identificados somente pela análise dos produtos. Isso reforça a importância da

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). A operação identificou 70 garimpeiros em condições de trabalho análogas à escravidão. No entanto, a matéria se restringe a reproduzir informações de fontes do poder público.

continuidade de pesquisas que busquem compreender melhor as tensões que se apresentam entre a teoria e a prática do JA.

REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 15, p. 33-44, jan./jun., 2007.

GARIMPO ilegal em Área Protegida cresceu 90% no governo Bolsonaro. **Climainfo**. [S. l.], p. 1-3. 27 set. 2023. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/09/26/garimpo-ilegal-em-area-protegida-cresceu-90-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053>. Acesso em: 02 set. 2021.

HOLANDA *et. al.*. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 45, p. e2022109, 2022. DOI: 10.1590/1809-58442022109pt. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3858>. Acesso em: 22 abr. 2023.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRADI, Ilza Marinho Tourinho. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **INTERIN**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2017, p. 154-172. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504454376010>. Acesso em: 21 set. 2021.

OLIVEIRA, Vinicius. Garimpo abriu área equivalente a quatro campos de futebol por dia em 2023 nos territórios Yanomami, Kayapó e Munduruku. **Greenpeace Brasil**. São Paulo, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/imprensa/garimpo-abriu-area-equivalente-a-quatro-campos-de-futebol-por-dia-em-2023-nos-territorios-yanomami-kayapo-e-munduruku/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SANTOS, Lucas dos. MP-AM cobra ações no interior para evitar fumaceiro em Manaus. **Portal A Crítica**. [S. l.], 08 jun. 2024. Disponível em: <https://www.acritica.com/amazonia/mp-am-cobra-ac-es-no-interior-para-evitar-fumaceiro-em-manaus-1.341668>. Acesso em: 08 abr. 2025.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250>. Acesso em: 09 fev. 2021.

SOUSA, Renata de Lima *et al.* Jornalismo Ambiental: análise de cobertura jornalística do portal a crítica sobre a invasão de balsas do garimpo no rio madeira. **Revista Foco**, [S.L.], v. 16, n. 02, p. 1-18, 6 fev. 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/941>. Acesso em: 17 abr. 2025.

TRABALHADORES são resgatados de condições análogas à escravidão em garimpo ilegal em Maués. **Portal A Crítica**. [S. l.], 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.acritica.com/policia/trabalhadores-s-o-resgatados-de-condic-es-analogas-a-escravid-o-em-garimpo-ilegal-em-maues-1.338423>. Acesso em: 17 abr. 2025.

JÚNIOR, Waldick. Para sociólogo, crise socioeconômica e ambiental em Humaitá se à deve falta de ação do poder público. **Portal A Crítica**. [S. l.], 29 ago. 2025. Disponível em: <https://www.acritica.com/geral/para-sociologo-crise-socioeconomica-e-ambiental-em-humaita-se-a-deve-falta-de-ac-o-do-poder-publico-1.349681>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VILELA, Pedro Rafael. Garimpo desacelera, mas segue inviabilizando saúde do povo Yanomami. **Agência Brasil**. Brasília, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-01/garimpo-desacelera-mas-segue-inviabilizando-saude-do-povo-yanomami>. Acesso em: 05 abr. 2025.